

RELATÓRIO FINAL

I. TRÂMITES PROCESSUAIS E FUNDAMENTAÇÃO

A **União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo** instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor **xxx, com a licença n.º xxx da equipa xxxx**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia xx com o código x e que acusou a presença das substâncias Efedrina e 19-Norandrosterona, numa concentração superior à legalmente admissível, sendo, por isso, proibidas.

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 56.º da Lei 27/2009, de 19 de Junho), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido (fls. 15 e ss.) e se procedeu, *inter alia*, à sua audição.

O Arguido não respondeu à nota de culpa, nem apresentou qualquer requerimento probatório.

Aquando da sua inquirição, confessou imediatamente a prática dos factos que lhe eram imputados, alegando, em suma, que adquiria vários produtos através de sítios da *internet*, sem fazer qualquer controlo acerca das substâncias que os compunham, pelo que, se os resultados científicos acusaram a presença de substâncias proibidas é porque estas certamente fariam parte da composição de algum desses produtos que tomou. Mais referiu que tomou um ou dois produtos para emagrecer e outros para debelar uma lesão que sofreu, em resultado de uma queda. Não soube identificar o nome de nenhum desses produtos. Disse apenas que a maioria

deles foram comprados *on-line*, através do sítio www.nutribody.com. Comprometeu-se a juntar aos autos as embalagens dos produtos que estava a tomar, mas nunca o chegou a fazer. Mais referiu que não tem médico de equipa e que o Director Desportivo apenas assina a documentação (i.e. tem competência meramente formal), pelo que, a toma das substâncias ocorreu por iniciativa própria e sem o conhecimento de mais ninguém.

Posto isto, cumpre apenas analisar se o Arguido praticou, ou não, algum acto de dopagem.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

II. CONCLUSÃO

Com base nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (amostras A e B) e na confissão do Arguido, considera-se provado que este procedeu à toma das substâncias proibidas Efedrina e 19-Norandrosterona (v. fls. 4, 9, 19 e 20).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1.º, C), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC, por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (em virtude de a UVP/FPC ainda não ter procedido à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.

III. MEDIDA DA PENA

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção (v.g. artigo 71.º n.º1 do Código Penal).

Na linha do que vimos defendendo em casos semelhantes, os ciclistas, mesmo não sendo profissionais, se participam em provas oficiais, submetendo-se, conseqüentemente, ao controlo antidopagem, não podem desconhecer a listagem de substâncias proibidas. De resto, esta listagem encontra-se acessível ao público em geral, através do sítio da UVP/FPC na *internet*, e na verdade, o Arguido até demonstrou que não tem grandes dificuldades na utilização desta nova tecnologia, pelo que, não tem justificação para desconhecer a "lista negra".

Assim sendo, a sua conduta seria sempre punível, pelo menos, a título de negligência consciente.

Contudo, quando o Arguido, nas declarações que prestou a fls. 19, assumiu que *"adquiriu, através da internet produtos cuja composição desconhece, mas que admite que possam conter substâncias proibidas"*, passamos para o campo do dolo eventual (artigo 14.º n.º3 do Código Penal), dado que, ao que tudo indica, o Agente previu o facto ilícito como consequência possível da sua conduta e, mesmo assim, agiu, conformando-se com a sua realização.

Portanto, na ténue linha que divide a negligência consciente do dolo eventual, cabe apreciar.

Como sabemos, as dificuldades de comprovação da existência de dolo eventual são inúmeras, porque se trata de um facto interno, psíquico e, por isso, impossível de comprovar por si mesmo, mas apenas por meros indícios.

Por isso, necessitando de uma âncora que sustente as nossas conclusões, servirá para nos guiar o ensinamento de CAVALEIRO DE FERREIRA, segundo o qual *"Um juízo de grande probabilidade é dificilmente conciliável com a ausência do elemento volitivo, ou seja, com a falta*

21
4

de anuência da vontade à realização do crime" (in, Lições de Direito Penal I, 1992, p. 298), que caracteriza o dolo eventual.

Ora, no caso concreto, resulta das declarações do Arguido que este tomou vários produtos farmacológicos, não sabendo identificá-los nem quantificá-los. A acrescer a isto, está ainda o facto de ter indicado que os comprou através da *internet*, em sítios pouco recomendáveis a atletas federados, por estarem pejados de produtos contendo substâncias proibidas. Pelo que, podemos concluir que, com grande probabilidade, este acabaria por tomar alguma substância proibida e, por isso, socorrendo-nos do ensinamento de CAVALEIRO DE FERREIRA, este juízo de probabilidade indicia claramente o dolo eventual.

Aliás, a probabilidade do Arguido tomar alguma substância proibida era tal que, submetido pela primeira vez na sua carreira a um controlo antidopagem, acabou por acusar positivo logo a duas substâncias.

E, a este propósito diga-se ainda que, mesmo a admitir-se que o resultado positivo de efedrina, no caso concreto, se ficou a dever a um tratamento para perder peso (como o Arguido alegou), já a outra substância detectada (19-norandrosterona) é consabidamente conhecida por potenciar o desempenho desportivo, nomeadamente, através do ganho que permite em termos de capacidade muscular, e não para curar lesões advenientes de quedas, como o Arguido pretendeu fazer crer.

Em nossa opinião, a atitude absolutamente irresponsável do Arguido (para com o ciclismo em geral, e para a sua saúde em particular) está intimamente ligada com o facto de este estar convencido da inexistência de controlos antidopagem na sua categoria, crendo, por isso, que mesmo que algum dos produtos que tomava contivesse alguma substância proibida, passaria incólume.

Concluimos, portanto, com base nas declarações do Arguido e restantes indícios, que este agiu com dolo eventual, a forma mais ténue de dolo.

Cabe, agora, analisar as atenuantes.

A favor do Arguido deve ser invocado o facto de o mesmo ter confessado de imediato a infracção e ter demonstrado uma atitude bastante receptiva à pedagogia que lhe foi transmitida durante a inquirição, nomeadamente, querendo registar imediatamente no seu telemóvel o número da linha azul do LAD, quando lhe foi transmitido que poderia ligar sempre que quisesse, para se certificar se poderia, ou não, tomar uma determinada substância, colmatando-se assim a lacuna do médico de equipa que, na realidade, não tem.

Por outro lado, na medida da pena deverá ainda ser tido em linha de conta que o Arguido se mostrou verdadeiramente arrependido, é primário e não se trata de um ciclista profissional.

Assim sendo, considerando tudo quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido das seguintes sanções:

- Desqualificação na xxx;
- Catorze meses de suspensão (Início: 29.09.2009; Termo: 29.11.2010).

Lisboa, 20 de Janeiro de 2010

O Instrutor,





26
7

Processo n.º10/09

DECISÃO FINAL EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em xxx, contra o ciclista xxx, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo positivo em competição, realizado no dia xxx, com o código xxx e que acusou a presença das substâncias Efedrina e 19-Norandrosterona, numa concentração superior à legalmente admissível, sendo, por isso, proibidas.

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final (v. fls. 21 a 25 do Processo Disciplinar – adiante PD) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer parte integrante da presente decisão.

De acordo com o relatório final de inquérito, com base nos relatórios de ensaio elaborados pelo Laboratório de Análises de Dopagem (amostras A e B) e na confissão do Arguido, considera-se provado que este procedeu à toma das substâncias proibidas Efedrina e 19-Norandrosterona (v. fls. 4, 9, 19 e 20 do PD).

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 3.º n.º2 alínea a) da Lei n.º 27/2009, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do Regulamento do Controlo Antidopagem da UVP/FPC, por remissão do art. 76.º n.º3 da Lei 27/2009, de 19 de Junho (em virtude de a UVP/FPC ainda não ter procedido à adaptação dos seus regulamentos às novas sanções cominadas na Lei contra a dopagem no desporto). Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.

Assim, subscrevendo as considerações do Relatório Final a respeito da medida da pena neste caso, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, aplicam-se ao Arguido as seguintes sanções:

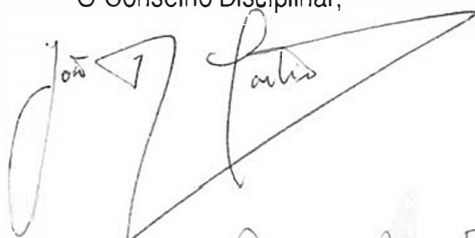


- Desqualificação na xxx;
- Catorze meses de suspensão (Início: 29.09.2009; Termo: 29.11.2010).

Notifique-se a decisão ao Arquido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2010

O Conselho Disciplinar,



João Pedro Mendes

Miguel Sacramento

U.V.P.I.F.P.C.